



Índice

- 01** Indígenas reclamam de falta de água em aldeias de Dourados, MS
- 02** Exército atuará em conflito de indígenas no sul da Bahia
- 03** A cada 60 horas, uma ocorrência de racismo é registrada em Minas Gerais
- 04** Justiça federal fará inspeção em área de conflito no Porto Esperança em MS
- 05** Não podemos deixar que a garantia de direitos para uns desrespeite o direito de outros, por Weverton Rocha
- 06** Conflitos letais com indígenas se espalham pelo País: e agora?
- 07** Por que a Funai tem medo do diálogo?, por Rui Prado
- 08** Casé Angatu e o seu pedido aos brasileiros
- 09** Justiça manda liberar índio suspeito de assalto a banco no Pará
- 10** Marcado para morrer: Mais um líder do assentamento Ipiranga sofre ameaças dos índios fabricados pela Funai na Bahia
- 11** Nem tudo o que não presta está ali aninhado
- 12** Crises locais dominam pré-campanhas
- 13** Promotor de Justiça visita aldeias indígenas em Pedra Branca do Amapari
- 14** Aty Guasu: Governo federal através da Sesai está promovendo genocídio/extermínio no MS



- 15** Barco socorre ribeirinhos atingidas pelas enchentes
- 16** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos realiza formatura da primeira mulher indígena da Universidade
- 17** Conselho Tutelar de Cacoal contemplado com veículo
- 18** Projeto da UFT leva oficina de alimentação saudável a crianças indígenas
- 19** "Portaria 303 é um caminho para acabar com o conflito indígena", diz Colatto
- 20** TNC e Embrapa fortalecem parceria no Amapá
- 21** São os indígenas do Brasil 'privilegiados'? por Paulo Paranaguá
- 22** Indígenas ocupam a sede da Funasa em Marabá, no sudeste do Pará
- 23** Indígenas fazem patrulha contra ação de garimpeiros ilegais na Amazônia
- 24** Indígenas fecham rodovia que liga Itaporã/ Dourados , protestam por melhorias na saúde
- 25** Projeto na Câmara susta prerrogativas da Funai no licenciamento de obras que afetam índios
- 26** Euclides da Cunha: Índios tentam invadir delegacia onde homem que matou criança de 2 anos está preso
- 27** Insegurança jurídica trava processos de remanescentes de quilombos
- 28** Comunidades remanescentes de quilombos lutam pelo direito à propriedade
- 29** Projeto GATI promove oficina de acompanhamento dos microprojetos nas Terras Indígenas Tupiniquim-Guarani e Caieiras Velhas II (ES)



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

-
- 30** Unidades de Conservação Criadas Como Condicionantes Ambientais do Projeto Jaíba Expropriam Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas
 - 31** Grupo de trabalho é criado para acompanhar demandas dos quilombolas
 - 32** ICMBio suspende autorização de mineração em Terras Quilombolas, em Oriximiná (PA)



Indígenas reclamam de falta de água em aldeias de Dourados, MS

SÍTIO G1/MS, 15.02.2014

*Aldeias Jaguapiru e Bororó abrigam mais de 12 mil indígenas.
Sesai não informou quando a situação será resolvida.*

Indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados, a 225 km de Campo Grande, reclamam da falta de falta de água nas casas. Segundo os moradores, o problema já dura vários anos.

Ranulfo Martins é pai de seis crianças, com idades entre 3 e 12 anos, e reclama que muitas vezes o filhos não vão à escola por conta da falta de água na casa dele. "Não tem água para lavar o uniforme deles para ir para a escola e nós não podemos deixar ir sujo pra escola. E até mesmo para fazer um chá, alguma coisa para eles comerem antes de saírem para a escola, e até mesmo para fazer comida tem faltado água pra nós", relata o indígena.

Nas aldeias Jaguapiru e Bororó vivem mais de 12 mil indígenas. A reserva conta com seis poços artesianos, sendo que apenas cinco deles estão funcionando. De acordo com as lideranças do local, seriam necessários pelo menos mais três poços para atender a demanda.

Ivan de Souza mora na aldeia e trabalha na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Ele é um dos responsáveis pelo serviço de manutenção do sistema de abastecimento de água na reserva. O indígena relata que faltam ferramentas e peças para fazer os consertos dos poços.

A assessoria da Sesai não informou quando a situação da falta de águas nas aldeias será resolvida.



Exército atuará em conflito de indígenas no sul da Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.02.2014

Por Paulo Victor Chagas, Repórter da Agência Brasil

Será publicada no Diário Oficial da União da próxima segunda-feira (17) a autorização do governo federal para que 524 homens do Exército atuem no sul da Bahia. O objetivo é prevenir o agravamento dos conflitos que vêm ocorrendo entre índios tupinambás e produtores rurais [sic].

O decreto da presidenta Dilma Rousseff foi assinado a pedido do governador da Bahia, Jaques Wagner, e determina que os militares atuem próximos à cidade de Buerarema, cidade de 18 mil habitantes. A permissão vale por um mês, até 14 de março.

De acordo com o Ministério da Defesa, os homens terminam de chegar hoje (14) ao município. A Garantia da Lei e Ordem, como é chamada a medida, está prevista na Constituição e garante que o Exército atue com poder de polícia.

As tropas foram deslocadas da 6ª Região Militar de Salvador, Feira de Santana, Barreiras (BA) e de Aracaju (SE). Integrantes da Força Nacional foram enviados à região no ano passado, quando os tupinambás ocuparam 35 fazendas para pressionar a demarcação de uma reserva indígena.

Por meio de nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entende que a militarização do território Tupinambá agrava a situação vivida pelos tupinambás e ocupantes não índios.

"A solução do caso depende, necessariamente, da imediata publicação da portaria declaratória da Terra Indígena Tupinambá, bem como o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil para a reforma agrária", declarou a entidade no último dia 30.

Edição: Fábio Massalli

Enviada para CombateRacismo Ambiental por José Carlos.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

A cada 60 horas, uma ocorrência de racismo é registrada em Minas Gerais SÍTIO ESTADO DE MINAS, 15.02.2014

Foram 147 ocorrências de racismo em 2013, mas números são subnotificados



Bernardo Nascimento de Souza, presidente do Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros de Minas Gerais, diz que sempre foi vítima de preconceito racial

A cada 60 horas uma ocorrência de racismo foi registrada pela polícia em Minas Gerais no ano passado. As 147 denúncias mostram que a intolerância à diversidade ainda persiste em um país mestiço e já signatário de convenções que tratam da eliminação de todas as formas de discriminação racial, como é o Brasil. Os dados dos anos anteriores mostram que houve melhoria na situação, já que em 2012 e 2011 foram 208 e 242 ocorrências, respectivamente. Mas, negros, autoridades policiais e funcionários ligados a órgãos de promoção da igualdade afirmam que o crime de racismo ainda é recorrente. Pior ainda é saber que muitas vítimas não denunciam casos de preconceito e permanecem alvo de piadinhas e brincadeiras pejorativas. O caso do jogador do Cruzeiro Tinga, alvo de preconceito durante uma partida no Peru reacende a discussão sobre discriminação criminosa.

A diminuição das ocorrências oficiais pode estar associada ainda ao medo que as pessoas passaram a ter com criação da Lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, como acredita a delegada Maria Alice Faria, da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência. É na unidade que também funciona o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância (Navcradi), inaugurado em novembro. "Tornou-se mais difícil assistir a casos explícitos de preconceito contra negros. Mas ainda existe muita discriminação, que nem sempre é levada ao conhecimento da polícia", diz a delegada. Por

CONT.



causa disso, o número de ocorrências pode ser ainda maior, segundo ela. "Ainda há quem deixe de denunciar. Além disso, a tipificação do crime no boletim de ocorrência nem sempre é feita de forma adequada", garante.

A delegada explica que ainda há muito desconhecimento dos negros sobre seus direitos. A promoção da igualdade no Brasil está garantida, segundo ela, tanto pela Lei do Racismo, bem como pelo artigo 140 do Código Penal, em seu parágrafo 3º. A diferença entre um e outro é que no primeiro a legislação trabalha a discriminação nos casos em que a pessoa se sente excluída, restringida dos seus direitos fundamentais. Um exemplo disso são vagas de emprego que excluem negros. Já no segundo caso, considerado injúria racial, o Código Penal se refere a situações em que a pessoa se sente ofendida em sua honra, como nas situações em que é chamado de algum nome pejorativo ou é vítima de brincadeiras de mau gosto.

Em BH, a discriminação não é diferente. Apesar de 52,7% da população se declarar negra, segundo o IBGE, ainda existe racismo. Segundo a coordenadora de Promoção da Igualdade Racial da prefeitura, Rosângela da Silva, o caso de Tinga mostra que as atenções devem estar voltadas cada vez mais para o respeito à diversidade, principalmente com a chegada da Copa do Mundo.

DEPOIMENTOS

"Um grupo de negros é visto como grupo do mal"

"O caso de Tinga ocorreu em um país vizinho, mas é uma pena que os brasileiros não se viram refletidos nessa situação tão lamentável. Ainda hoje e ao longo de toda a minha vida, sempre fui discriminado, assim como várias pessoas negras que conheço. Até mesmo os símbolos da cultura negra, como o cabelo black power, dread ou trançado é visto como pejorativo, como sinônimo de sujeira. Na universidade, funcionários já me perguntaram por que não corto meu cabelo. Uma vez, tirei o dread e uma pessoa que trabalha na alta coordenação me disse que finalmente eu tinha tomado banho. Existe uma segregação muito grande entre brancos e negros e isso acontece em qualquer lugar. Um grupo de negros é visto com um grupinho do mal, sem legitimidade. Tudo o que vem da cultura negra é tido como irreal, é sempre jogado para o lado da cultura e não tem valor científico ou político. Até mesmo andando na faculdade já enfrentei situações de não ser reconhecido como aluno, mas como faxineiro ou pessoa de fora da universidade. Assim como o caso de Tinga, lamento muitos outros episódios de racismo, como o ocorrido dentro da UFMG, quando alunos da Faculdade de Direito fizeram manifestações de racismo."

Frans Galvão, 27 anos, estudante de letras e pesquisador na UFMG

"Situações assim ainda acontecem porque ficamos calados"

"É ridículo ainda existir preconceito. Assisti pela TV o lamentável episódio com o jogador Tinga e fiquei muito preocupado. Não é assim que nós, negros, esperamos ser reconhecidos. Um grande movimento precisa ser criado para chamar a atenção dos governos, da Fifa e da sociedade para o combate a qualquer tipo de discriminação de cor ou de raça. Situações assim

CONT.



ainda acontecem porque ficamos calados quando as coisas acontecem. Não denunciemos, nem vamos atrás dos nossos direitos. Isso já aconteceu, inclusive, comigo. Uma vez, tive um debate com uma funcionária de alto nível dentro do órgão onde eu trabalhava e, por não concordar com minha opinião, ela levou a discussão para a questão racial. “Fiquei muito chateado, mas não denunciei. Tive apoio entre os colegas, mas eles me orientaram a deixar para lá. Fui errado, porque deixar de ir à polícia é um problema. Se todas as pessoas que cometem o crime de racismo fosse chamadas a responder por esse comportamento, as coisas certamente mudariam. O problema é que não estamos tomando providências e, com isso, as piadinhas continuam, a segregação impera e a arrogância de brancos sobre negros permanece.”

Kleber das Dores de Jesus, presidente do Conselho Municipal de Saúde da Regional Oeste de Belo Horizonte

“Racismo é uma parte suja da história”

“O racismo é uma parte suja da nossa história. Sempre fui vítima de preconceito racial. Sempre fui alvo de piadinhas de mau gosto ou tratamento pejorativo. Esse é um comportamento que parece estar enraizado nas pessoas, na cultura brasileira. Teve início na época da escravidão e se perpetuou. Uma vez, quando trabalhava em um banco, fui destrutado pelo chefe que temia que eu ocupasse o cargo dele. Fui discriminado por ser negro. Ainda hoje, ouço coisas desagradáveis de pessoas que vivem em uma cidade que segrega de forma velada, silenciosa. Isso me chateia muito, me traz muita indignação e, à medida que posso, dou uma resposta à altura. Quem é negro no Brasil precisa fazer um trabalho diário de resgate da autoestima para provar que somos tão capazes quanto as outras pessoas, já que as oportunidades não são as mesmas. Quando se fala sobre o negro, as únicas associações feitas são em relação à cultura ou o resgate histórico. Ele não é envolvido, por exemplo, nos assuntos econômicos, financeiros, políticos. Vejo com tristeza o ocorrido com o jogador Tinga. Apesar de ter sido no Peru, que também é uma terra de negros, a discriminação é muito grande e recorrente no Brasil. Infelizmente, daqui a pouco, o assunto cai no esquecimento.”

Bernardo Nascimento de Souza, de 52 anos, representante comercial e presidente do Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros de Minas Gerais



Justiça federal fará inspeção em área de conflito no Porto Esperança em MS
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 15.02.2014

Ribeirinhos da Comunidade Porto Esperança, às margens do Rio Paraguai, e a empresa ABBS Agropecuária não entraram em acordo, na tentativa de conciliação realizada nesta semana. Como não houve acordo, a Justiça Federal determinou uma inspeção judicial.

Na conciliação, a ABBS sugeriu a transferência dos moradores da comunidade para “um lugar melhor”. A proposta, porém, foi rechaçada. O MPF (Ministério Público Federal), autor da ação, argumentou se tratar de uma comunidade tradicional, com vínculo com a terra e cuja ocupação é centenária.

A inspeção está marcada para ter início às 7h de segunda-feira.

Segundo a Justiça, “a diligência é de suma importância para melhor verificação dos fatos que deverão ser objeto da decisão judicial”.

O conflito na região de Porto Esperança iniciou no ano passado, com a instalação da ABBS Agropecuária no território da comunidade tradicional. Sob alegação de posse das terras, a empresa começou a instalar cercas ao redor das residências, ignorando plantações e forçando a demarcação da área por meio de seguranças armados, que passaram a intimidar os moradores a não denunciar o caso. Confinados às pequenas terras que ocupam, os ribeirinhos foram impedidos de acessar as áreas de convivência e de chegar à estrada que liga a comunidade à BR-262. (Com assessoria)
Correio Do Estado



Não podemos deixar que a garantia de direitos para uns desrespeite o direito de outros, por Weverton Rocha

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 15.02.2014

A questão sobre demarcações e ampliações de terras indígenas e reservas biológicas em nosso estado sempre geraram desconforto de ambos os lados. Sabemos que esta angústia não é apenas do Maranhão, e conhecemos os conflitos que outros estados enfrentam nesse sentido. É um problema que está alastrado no Maranhão e ameaça dezenas de milhares de pequenos trabalhadores rurais, espalhando o pânico no meio daqueles que vivem de sua pequena terra.

O último caso de nosso estado – que defino como um caso de UTI – é o da ampliação da terra indígena Awá-Guajá. Logo no início deste ano, a Justiça Federal no Maranhão determinou que fosse realizada a desintrusão de quase seis mil pessoas que residem em terras entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca – localizadas na região Noroeste do Estado. São exatamente 118 mil hectares de terra que recentemente foram integrados ao território indígena Awá-Guajá. Já a partir do dia 09 de março estas famílias devem desocupar a área de maneira voluntária. O prazo está se esgotando, mas até agora o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não providenciou lugar para o reassentamento destes agricultores.

Há muitos anos se arrasta o litígio sobre esta terra Awá-Guajá, e suas questões foram debatidas em vários processos judiciais, que agora transitou em julgado e não cabem mais recursos. Nosso objetivo não é discutir a decisão da Justiça, mas sim cobrar as devidas providências do Incra, e demais órgãos de governo, para que o reassentamento e a assistência social a estes trabalhadores rurais sejam cumpridos, conforme determinado pela Justiça.

Sabemos que a reserva é um direito dos indígenas brasileiros, que deve ser respeitado. Isso não há o que negar. Mas, o que não podemos aceitar é que para garantir este direito aos nossos índios, milhares de famílias percam seus lares, suas terras, sem que o poder público cumpra com seu papel e assista essas centenas de famílias de pequenos agricultores.

Não queremos a anulação dos direitos territoriais dos indígenas, mas somos contra as ampliações desenfreadas destas demarcações. Também não discutimos a decisão da Justiça, pois a ela não se questiona, se cumpre o determinado. Queremos apenas que o poder público não se ausente de seu papel deixando mais de 1.200 famílias de pequenos agricultores, que moram há mais de 20 anos na região, completamente desassistidas por aqueles que têm por obrigação lhes garantir uma vida digna.

Estamos na luta em favor destes agricultores, e sempre estivemos na busca por medidas para assistir ao homem do campo, o pequeno agricultor que na vida não tem nada além de seu pedaço de terra para tirar sua subsistência.

Juntos Somos Fortes!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

*Weverton Rocha é deputado federal pelo PDT/MA

Em tempo, a equipe do #Qi sempre teve esta opinião. No dia 8 de Agosto do ano passado, quatro meses antes do início da operação de expurgo, publicamos o seguinte post: O Questão Indígena apoia a proteção dos índios Awá no qual explicávamos porque os não índios deveriam ser removidos e denunciávamos a tentativa canalha dos indigenistas do governo de jogar as pessoas no olho da rua.



Conflitos letais com indígenas se espalham pelo País: e agora?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 15.02.2014

Se as vítimas tivessem sido brasileiros indígenas, seguramente, teriam merecido grandes manchetes e reportagens retumbantes, tanto na mídia nacional como na estrangeira. As ONGs nacionais e internacionais que atuam nas causas indigenistas estariam trombeteando para todo o mundo comentários indignados sobre os novos "massacres" de silvícolas, em um país que costumam apontar como um violador contumaz dos seus direitos. Desafortunadamente, o professor Stef Pinheiro, o técnico eletricista Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Freire e o pequeno produtor rural Juraci Santana podem ser identificados apenas como brasileiros comuns, não pertencentes a qualquer das 320 etnias indígenas existentes no território nacional. Os assassinatos dos três primeiros ainda receberam uma certa cobertura nacional, devido à exacerbação dos conflitos entre indígenas e não-indígenas, no Sul do Amazonas, mas o do agricultor baiano não ultrapassou os limites da mídia local.

Ademais, tanto as ONGs indigenistas como a Fundação Nacional do Índio (Funai) demoraram dias para se manifestar sobre a descoberta dos cadáveres dos três homens assassinados por indígenas tenharins, em uma aparente represália à morte do cacique Ivan Tenharim, ocorrida no início de dezembro último, em decorrência do que as autoridades policiais concluíram ter sido um acidente de motocicleta. E, quando o fizeram, foi para criticar a prisão de cinco indígenas pela Polícia Federal, acusados pelos assassinatos, entre eles o cacique Domiceno Tenharim e dois filhos do cacique morto.



Por que a Funai tem medo do diálogo?, por Rui Prado

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 15.02.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) perdeu novamente a oportunidade de ser vista pelo setor produtivo como uma entidade de credibilidade. No início de fevereiro, deputados da Câmara Federal foram barrados ao participarem de uma reunião pública para tratar de temas de interesse da nação, de alta relevância social e econômica, como são os processos de demarcação ou ampliação de terras indígenas.

A reunião ocorreu dia 4 de fevereiro na sede da Funai, em Brasília, com representantes do governo federal e das prefeituras dos municípios de Juína e Brasnorte para tratar da ampliação da área indígena Enawenê-Nawê. Deputados federais, que estavam legalmente representando os cidadãos, inicialmente foram impedidos de participarem da reunião. Após argumentações e avisos de que o fato seria divulgado na imprensa, todos conseguiram entrar.

Por que a Funai, uma entidade pública, não abre espaço para o diálogo? Por que foge das discussões do Congresso Nacional quando o tema em questão envolve os produtores rurais? Já participei de várias audiências públicas em Brasília e a Funai, apesar de convidada formalmente, sempre se ausentou sem ao menos disponibilizar um representante.

Esta conduta da fundação só reforça a tese de que a entidade que propõe, no caso a Funai, não pode ser a mesma que julga os processos de demarcação de terra indígena. Quando isso ocorre, torna-se fácil transitar em um ambiente de ditadura. Há tempos a Funai cumpre com este papel: emite as instruções normativas para propor criação e ampliação de terra indígena; demarca as áreas; cuida dos recursos administrativos; julga e decide o que ela considera melhor para os índios, sem ouvir as famílias de não-índios envolvidas no processo.

Os processos de demarcação de novas terras indígenas são unilaterais, com regras inconstitucionais, que só beneficiam o órgão e, o que é mais grave, negam a garantia do devido processo legal sob aplausos do poder central. Por que a Funai age sem ouvir a sociedade e sem dar condições amplas e justas de defesa às pessoas atingidas nos processos demarcatórios?

Os principais problemas dos índios, segundo pesquisa do Datafolha encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), são educação, saneamento básico, saúde e emprego. Mas vemos uma entidade paternalista que acha que defende os interesses dos índios quando na realidade não é o que observamos na prática.

Estamos entre os poucos países que possuem a maior área destinada aos índios. Uma pesquisa da CNA apontou que o volume de terras indígenas no país corresponde a 13% do território brasileiro. Em países como o Canadá, Austrália e Estados Unidos os percentuais são de 0,26%, 4,72% e 5,72% respectivamente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

O argumento da Funai para delimitar uma área é raso e sempre o mesmo: por aqui os índios andaram. Para reparar a dívida histórica que o Brasil tem com os índios, não cabem as cobranças e punições impostas às cidades de baixo índice eleitoral e longe dos grandes centros urbanos. Coincidência? Se esse raciocínio fosse coerente, praticamente todo o país precisaria ser devolvido à população indígena, já que existem registros históricos de passagem destes povos por vários estados, em especial no litoral brasileiro.

Já diziam os antigos que os fracos e incorretos são os que deveriam ter medo do diálogo. A atitude da Funai coloca em xeque seu preparo para participar do debate. Nossa conclusão é que a entidade de defesa dos índios cria conflitos e desconfianças entre índios e não-índios. Esta discórdia é fomentada pela Funai de forma clara, pública e dolosa. A Famato não abdicará dos seus direitos de defender os produtores rurais de Mato Grosso, Estado que ocupa destaque nacional na produção de soja, milho, algodão e carne bovina.

*Rui Prado é produtor rural e presidente do Sistema Famato



Casé Angatu e o seu pedido aos brasileiros

SÍTIO JORNAL GGN, 16.02.2014

Casé Angatu

Ref. Tupinambás temem que Dilma termine o governo sem demarcar suas terras

Agradecimentos e Explicações

Agradecemos (Casé Angatu, Porang e Bijupirá) a Nacho Lemus pela entrevista, edição e divulgação das nossas palavras. Temos certeza que possuímos mais um novo e forte aliado à Luta Tupinambá e dos Povos Indígenas da Latinoamerica, incluindo o Brasil. Por favor, divulguem o máximo possível. Porém, devo (Casé Angatu) fazer algumas observações: minha ancestralidade indígena é: por parte de pai - Xukuru (migrado à força na década de 1930-1940 de Palmeiras dos Índios/Alagoas para São Paulo/SP); e por parte de mãe (Guarany também migrada do interior de São Paulo para a capital paulista).

Desde 2009 estamos na luta com o Povo Tupinambá. Povo com o qual vivo atualmente e possuo irmãos, como Porang e Bijupirá da entrevista. Possuo em Olivença entre os Tupinambá uma família. Digo sempre que desde então a Luta Tupinambá agora também é minha luta. Acima de tudo tenho orgulho de todos os Povos Indígenas brasileiros e de também ser indígena.

Possuo uma enorme honra de lutar neste momento lado a lado com meus irmãos Abas Gwarini Atãs Tupinambá.

Uma outra observação: a entrevista foi de improviso. Assim, não preparamos nada, incluindo elaborar as informações históricas. Assim, desculpem algumas imprecisões. Porém, esta entrevista não era a defesa de uma tese acadêmica e sim a defesa da luta de um Povo do qual tenho orgulho: Povo Tupinambá.

Desde que voltamos de nossa viagem de São Paulo para nossa Olivença a situação piorou. Nesta última semana (10-16/02/2014) foi assassinado uma liderança dos Trabalhadores Rurais local e a culpa, sem as devidas apurações, foi atribuída pelos ruralistas e parte da mídia à Comunidade Indígena, aumentando o processo de criminalização que sofremos. Além disso, por solicitação do governador do estado da Bahia o exercito foi chamado para região.

Por isto, mais do que nunca, solicitamos apoio ...

A todas e todos que apoiam e divulgam nossa luta cantamos ...

"Parente eu agradeço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Agradeço de coração

A nossa luta é muita grande

Mas lutamos por precisão”

Awerê!



Justiça manda liberar índio suspeito de assalto a banco no Pará

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.02.2014

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará confirmou nesta quinta-feira a liberação do índio Tekreyti Kayapó, de 43 anos, que estava preso no Centro de Recuperação Regional de Redenção, no sudeste do Pará. O índio foi liberado por decisão do juiz José Admilson Gomes Pereira que revogou a prisão preventiva, substituindo-a por medidas cautelares. A justiça determinou ainda que réu fique sob custódia da Funai.

O índios kayapó havia sido preso sob suspeita de participar de assaltos a banco na região sul do estado. Segundo a polícia, o kayapó daria suporte para quadrilhas de outros estados atuarem no Pará. Durante a prisão de Tekreyti, índios kayapó fizeram uma série de protestos exigindo a liberação do índio.

De acordo com a Susipe, Tekreyti foi encaminhado para a Funai e aguarda a tramitação do caso sob custódia do órgão. O G1 tenta contato com a Funai, mas ainda não foi atendido.

Veja na íntegra a nota da Susipe

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará Susipe Pará informa que o índio Tekreryti Kayapó, 43, preso desde o último dia 04, no Centro de Recuperação Regional de Redenção (CRRR) foi encaminhado, na manhã de hoje (13), à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em cumprimento a medida cautelar expedida pelo Juiz José Admilson Gomes Pereira, da Comarca de Xinguara. O grupo indígena Kayapó que estava acampado há 6 dias em frente à unidade prisional já se retirou do local. O índio aguardará o julgamento sob custódia da FUNAI.



Mercado para morrer: Mais um líder do assentamento Ipiranga sofre ameaças dos índios fabricados pela Funai na Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.02.2014

Durante reunião com a assessoria da Presidência da República, o agricultor Antônio Souza, presidente do Assentamento Ipiranga, disse que passou a sofrer ameaças por parte da milícia indígena que atua no sul da Bahia. O relato foi feito na manhã de sábado (15), em Buerarema, numa reunião que contou com o comando da Força Nacional de Segurança.

Na madrugada da última terça-feira (12), três homens encapuzados fuzilaram e mutilaram o cadáver do agricultor Juraci José dos Santos Santana por atuar contra o esquema de fabricação de índios da Funai na região. Antônio Souza é o herdeiro da luta de Jaraci contra a milícia indigenóide.

Até agora, a Polícia Civil não prendeu nenhum dos suspeitos de ter assassinado Juraci Santana.

O jornal Folha de São Paulo informou ontem que Juraci Santana havia informado pelo menos dois ministros do Governo Dilma de que vinha sofrendo ameaças de morte por parte de índios falsos. O Questão Indígena já havia adiantado a informação ao longo da semana.

Juraci se reuniu em Brasília com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Nas duas ocasiões, o agricultor afirmou aos ministros que corria risco de morte. Juraci também esteve reunido com vice-presidente, Michel Temer, em setembro de 2013, período em que este assumiu a Presidência interinamente.

Um dos presentes na reunião, o então vice-presidente da Caixa Econômica Federal Geddel Vieira Lima confirma que Juraci relatou as ameaças de morte ao vice-presidente, que cobrou providências ao ministro Cardozo. "Temer telefonou para o ministro e relatou a situação. Mas infelizmente faltou coragem para enfrentar o problema e o resultado foi um inocente assassinado", afirma Geddel, que deixou o governo em dezembro.

Assassinato pode estar ligado a máfia de criação de índios falsos pela Funai

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Una, Ilhéus e Buerarema, Abiel da Silva Santos, Juraci vinha sendo pressionado a se autodeclarar índio e aderir ao movimento de demarcação de terra da Funai. "Ele não aceitou se cadastrar como índio e enfrentou todos aqueles que tentaram tomar o Assentamento Ipiranga", declarou Abiel. Juraci teria denunciado a ação da Funai ao próprio Ministro da Justiça em encontro recente.



Nem tudo o que não presta está ali aninhado

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.02.2014

Nós do Questão Indígena já havíamos alertado para o fato de que a Presidente Dilma Rousseff delegou a política indigenista do Brasil ao seu Secretário Geral, Gilberto Carvalho. Lembre: Dilma Rousseff não manda na política indigenista brasileira. Carvalho por sua vez, entregou o tema a Paulo Maldos, seu Secretário de (des)articulação social. É Paulo Maldos quem "aninha" no Governo Dilma Rousseff tudo o que não presta em termos de ONGs indigenistas e antropólogos radicais.

Esse bando perambula pelos porões da Funai desde a redemocratização. A máfia dos Azanha infesta a Funai há duas gerações. A influência de Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental, da Associação Brasileira de Antropologia e seu proprietário, Henyo Barreto, também. A ex presidente da Funai não era também ex mulher de Paulo Maldos? O mesmo Paulo Maldos que foi consultor da Conselho Indigenista Missionário e arrecadou fundos para o Instituto Socioambiental?

Aninhada na Funai e protegidas por Maldos e Gilberto Carvalho, estão as cabeças de uma antropologia ressentida que busca violentar as gerações atuais de brasileiros não índios como forma de vingar aquilo que eles acreditam que as gerações passadas fizeram aos índios.

É essa antropologia da vingança que vem cultivando com extremo sucesso uma guerra fratricida entre brasileiros índios e não índios. São esses antropólogos e essa antropologia que afasta os índios do primeiro escalão da Funai, que os mantém miseráveis para prostituir sua indigência, que fomenta invasões de terra e a cobrança ilegal de pedágios, que esmerilha a Constituição Federal para expropriar terras legitimamente adquiridas, que legitima a violência contra agricultores pobres chamando-os de plantadores de maconha.

Há uma guerra entre índios e não índios no Brasil hoje. Dela são vítima o agricultor Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, morto a pauladas por índios guarani no Mato Grosso do Sul; o índio Oziel Gabriel, de 35 anos, morto pela Polícia Federal ao resistir a uma ordem judicial para desocupar a Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul; o produtor rural Ricardo Bacha, dono da Fazenda Buriti, que nunca mais pode entrar em sua propriedade; o índio Adenilson Munduruku, morto ao trocar tiros com agente da Polícia Federal durante uma operação de combate ao garimpo ilegal no Rio Tapajós, no Mato Grosso; a aposentada Rosilda Pimental de Souza, jogada na rua pela operação de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé; o professor Stef Pinheiro, 43 anos, o comerciante Luciano Freire, 30 anos, o funcionário da Eletrobrás Aldeney Salvador, 40 anos, assassinados por índios Tenharim no Amazonas; o trabalhador rural Adailton do Carmo, que ficou paraplégico ao levar um tiro pelas costas de um indigenóide tupinambá na Bahia; o agricultor Juraci Santana, fuzilado e mutilado na frente da mulher e da filha por se recusar a aderir à máfia de fabricação de índios falsos na Bahia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

São muitos os brasileiros vítimas da guerra cultivada pelo indigenismo que se aninha na Funai e nos gabinetes do Palácio do Planalto.

Na semana que passou os indigenistas, quilombolistas, gays, lésbicas, transexuais, anões, L, G, B, T, X, Y, Z e toda sorte de minoria cuti-cuti arreganhou os dentes para o Deputado gaúcho Luiz Carlos Heinze. Numa audiência pública em Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul, Heinze disse que tudo o que não presta se aninhava no gabinete do Gilberto Carvalho.

Nós do Questão Indígena achamos que o Deputado Heinze está errado. Tem muita coisa que não presa que se aninha na CNA, na FPA, no Ministério da Justiça, na Igreja Católica, gays inclusive, na Rede Globo, no PT, no STF. Ou seja, nem tudo o que não presta está aninhado no gabinete do Gibertinho Carvalho.

Entretanto, o jornalista Políbio Braga, não está completamente equivocado ao afirmar que as referências a gays e lésbicas no discurso de Heinze foram uma "licença retórica" destinada a reforçar os argumentos de que é no Palácio do Planalto, no gabinete do ministro Gilberto Carvalho, que se abrigam os ataques contra os pequenos, médios e grandes proprietários ameaçados por quilombolas e indígenas instrumentalizados sobretudo pela Funai.

Nesse caso, Luiz Carlos Heinze tem razão.



Crises locais dominam pré-campanhas

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 16.02.2014

Alguns Estados deixaram discussões sobre educação, saúde e segurança pública em segundo plano

Em São Paulo, denúncia de cartel de trens em gestões do PSDB deve ser explorada pelo pré-candidato petista

DIÓGENES CAMPANHA PATRÍCIA BRITTO DE SÃO PAULO

Nada de educação, saúde e segurança pública. As discussões que predominam nas pré-campanhas a governador em alguns Estados giram em torno de crises locais envolvendo povos indígenas, obras contra a seca e gestão fiscal.

Em segundo plano, nesses Estados, ficaram os debates sobre a qualidade e a ampliação de serviços públicos.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, disputas entre índios e produtores rurais estarão em destaque nas eleições.

O clima historicamente tenso ficou ainda mais grave no ano passado, após a morte de um índio durante ação de reintegração de posse de uma fazenda no interior.

O Estado tem a segunda maior população indígena do país e lidera em número de disputas por terras que são reivindicadas para demarcação e estão atualmente nas mãos de fazendeiros.

"A não definição de uma solução para resolver esses conflitos é muito ruim", afirma o senador Delcídio Amaral (PT), que deverá disputar a eleição contra Nelsinho Trad, do PMDB.

No Paraná, o governador Beto Richa (PSDB), candidato à reeleição, terá de se explicar sobre o desequilíbrio das contas públicas.

O Estado suspendeu pagamentos a fornecedores, paralisou obras e deixou de repassar recursos para o fundo previdenciário dos servidores.

O assunto já está nos discursos dos opositores. "O governo quebrou. Até a empresa que fornece marmita aos presídios ameaçou parar as entregas", afirma o deputado estadual Ênio Verri (PT), coordenador da pré-campanha da ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann.

Em São Paulo, embora adversários afirmem que não pretendem explorar o assunto, o escândalo da formação de cartel para fraudar licitações de trens e metrô durante as gestões tucanas será um dos argumentos do pré-candidato petista, Alexandre Padilha, contra o

CONT.



governador Geraldo Alckmin que tentará ocupar por mais quatro anos o Palácio dos Bandeirantes.

Alguns Estados do Nordeste têm a seca no centro dos debates. O impacto da estiagem na economia da Bahia é um dos fatores de desgaste do petista Jaques Wagner, que tentará eleger como sucessor seu secretário da Casa Civil, Rui Costa (PT).

"Temos mais da metade do território no semiárido, e o governo não conseguiu fazer uma única barragem em oito anos", diz o ex-ministro Geddel Vieira Lima, pré-candidato do PMDB no Estado.

PARAÍBA

Na Paraíba, a oposição acusa o governador Ricardo Coutinho (PSB) de não ter investido o suficiente em construção de barragens e adutoras para ofertar água.

Já o socialista, candidato à reeleição, deve usar o atraso de mais de quatro anos nas obras federais de transposição do rio São Francisco para criticar a gestão da presidente Dilma Rousseff.

"Enquanto a transposição não chega, a gente tinha que se valer nos nossos próprios mananciais. O que foi cumprido foi bastante aquém da expectativa", rebate um dos pré-candidatos da oposição, Leonardo Gadelha (PSC).

No vizinho Pernambuco, administrado pelo presidenciável Eduardo Campos (PSB), a disputa com o governo federal é pela paternidade de obras, como os investimentos no porto de Suape.

A oposição, com PT e PTB à frente, atribui os avanços no Estado aos repasses vindos do Planalto. Já o governo Campos diz que as obras são resultado de sua competência administrativa.

INVENTÁRIO

Preparando-se para esse tipo de embate, o PT já encomendou ao Ministério do Planejamento um inventário de realizações do governo federal para municiar sua bancada nessa discussão.

A solicitação foi feita pelo líder do partido no Senado, Humberto Costa (PT-PE).



Promotor de Justiça visita aldeias indígenas em Pedra Branca do Amapari
SÍTIO CHICO TERRA 16.02.2014

O promotor de Justiça Jander Nascimento e o juiz de Direito João Matos Júnior, acompanhados da vice-prefeita de Pedra Branca do Amapari, Nanci Brito, percorreram toda a Rodovia Perimetral Norte até o Rio Feliz, localização da última aldeia indígena, para presenciarem os ambientes e as demandas da população (judicializadas ou não), em cumprimento ao calendário de visitas às comunidades de Pedra Branca.

Segundo o promotor de Justiça Jander Nascimento, é importante visitar tais ambientes para conhecer a realidade de todos que compõe o complexo corpo social de Pedra Branca do Amapari. "É o município de maior crescimento populacional, com pessoas oriundas de todo o país e do estrangeiro, em decorrência das atividades minerárias, mas que também possui comunidades indígenas primitivas existentes antes mesmo da chegada dos europeus", ressaltou o promotor.

O juiz João Matos Júnior destacou a importância da ação, uma vez que "para bem julgar, o magistrado precisa conhecer a realidade das pessoas que buscam o amparo judicial. Sem essa experiência concreta do lugar e das circunstâncias que cercam a vida do cidadão, onde reside, dificilmente o julgamento alcançará o atributo justo desejado por todos. Daí a importância de o juiz sair do gabinete, sempre que possível, para compreender a realidade daqueles que vivem na cidade, nas áreas rurais, ribeirinhas, e, no caso de Pedra Branca do Amapari, as aldeias indígenas".

Acompanharam a ação, o Cacique Calbi, o secretário de Infraestrutura de Pedra Branca do Amapari, Antônio Souza, o Sargento da PM, Jorge Sá e os técnicos ministerial Eduardo Moura Neto e Francisco José dos Santos.

SERVIÇO:

Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Amapá

Contato: (96) 3198-1616. Email: asscom



Aty Guasu: Governo federal através da Sesai está promovendo genocídio/extermínio no MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.02.2014

Essa nota da Aty Guasu visa destacar a situação de estado mísera e vulnerável de saúde de 46.000 mil Guarani e Kaiowá por falta de recursos e, sobretudo aplicação/administração inadequada do recurso pelos gestores locais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

No último mês, todas as lideranças indígenas Guarani e Kaiowa juntamente com as comunidades do Mato Grosso do Sul se encontram em protestos e manifestação permanente pela melhoria de atendimento à saúde indígena.

As demandas indígenas não estão sendo atendidas pelo Ministro da Saúde/Governo Federal, em decorrência disso, vários pacientes indígenas já faleceram, as crianças sofrem desnutrição, centenas de pacientes indígenas estão em estado mais vulneráveis que podem falecer em qualquer momento, em geral as assistências à saúde indígena foram e são abandonadas pelo Governo Federal, gerando um verdadeiro genocídio dos povos indígenas.

Diante do fato preocupante, os líderes indígenas reunidos no tekoha Apyka'i-Dourados, as lideranças indígenas do Aty Guasu juntamente com os conselheiros de saúde, os funcionários públicos da área de saúde indígena todos juntos avaliaram e deliberaram o recomeço de protesto, assim as comunidades e lideranças indígenas se encontrarão em protesto permanente no Estado de Mato Grosso do Sul, se manifestando nas rodovias, nas ruas, nas sedes dos Pólos SESAIs, nas aldeias, nos acampamentos indígenas, em uma só voz e grito, reivindicando a melhoria de atendimento à saúde indígena.

À próxima semana haverá mais protesto e final de mês aumentará o protesto pela saúde indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Até que o governo federal atenda as demandas indígenas.

Nós lideranças da Aty Guasu vimos apoiar e reforçar a solicitação e demandas dos manifestantes indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Aty Guasu luta pela saúde indígena
Tekoha Apyka'i, 14 de fevereiro de 2014
Conselho da Aty Guasu

Barco socorre ribeirinhos atingidas pelas enchentes

SÍTIO RONDÔNIA NOTÍCIAS, 17.02.2014



Na tarde de sexta-feira (14), o Governo do Estado, em parceria com a Defesa Civil, estadual e municipal, enviou o Barco da Assistência Social às regiões do médio e baixo madeira, para levar alimentos, roupas, hipoclorito de sódio, água mineral e mosquiteiros para a população ribeirinha que está desalojada em situação de risco com a cheia do rio Madeira.

"O governador Confúcio Moura está muito preocupado com a situação das famílias ribeirinhas do Rio Madeira e determinou que o governo faça uma força tarefa, junto ao município para atendê-los da forma mais rápida possível. ", afirmou o secretário da Assistência Social de Rondônia, Márcio Felix.

Além dos produtos de emergência que estão sendo enviados para os ribeirinhos no barco também estão indo duas assistentes sociais e dois técnicos da Seas, médico, enfermeiro e técnico de enfermagem da Sesau, junto à equipe da defesa civil.

De acordo com o secretário Márcio Felix, além de atender as populações nas localidades inundadas, o barco irá realizar o transporte dos ribeirinhos que estão ilhados em suas casas ao longo do rio. "As Assistentes sociais irão realizar o cadastramento das famílias e aquelas que precisarem deixar suas casas e vir para Porto Velho, para se abrigarem nas casas de parentes ou amigos serão transportadas pelo barco", declarou.

Ainda na sexta-feira, 14, o secretário da Seas enviou um ofício à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, solicitando, em caráter de emergência, o apoio para alimentação dos desalojados e desabrigados das enchentes dos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Rolim de Moura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Gerência de Crise

A Defesa Civil Estadual, coordenada pelo coronel bombeiro Lioberto Ubirajara Caetano, está com uma Sala de Situação na sede do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) em Porto Velho, atuando em parceria com diversos órgãos estaduais e municipais para gerenciar e atender a todas as situações geradas pelas enchentes do Rio Madeira.

Autor: Decom



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos realiza formatura da primeira mulher indígena da Universidade
SÍTIO ANDIFES, 17.02.2014

Deusilene Calomezoré Theodoro cursa Gestão e Análise Ambiental e é do povo Umutina, do Mato Grosso, o primeiro no Brasil a ter uma mulher cacique

Aconteceu ontem, dia 13 de fevereiro, no Teatro Universitário Florestan Fernandes, na área Norte do Campus São Carlos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a colação de grau de Deusilene Calomezoré Theodoro, estudante de Gestão e Análise Ambiental e primeira mulher indígena a se formar pela Universidade. A formanda faz parte do povo Umutina, localizado no Mato Grosso, o mesmo a ter a primeira mulher eleita cacique do Brasil, Creuza Assoripa Umutina.

Depois de formada, Deusilene pretende fazer curso de especialização, a fim de aprimorar seus conhecimentos. Seu objetivo é contribuir não apenas com o povo Umutina, mas também com as questões indígenas como um todo, uma vez que sua formação permite cuidar de questões como demarcação e preservação de território, assunto recorrente no Brasil. Mesmo participando da colação, a aluna ainda cursará este ano para concluir as disciplinas restantes. Durante o curso participou de diversos projetos práticos que contribuíram para sua formação. Para ela foi um grande desafio cursar uma universidade, enfrentando problemas comuns como a distância de casa e mais específicos aos alunos indígenas como a diferença cultural com relação aos colegas e a vida na cidade. O contato com os outros estudantes indígenas da Universidade auxiliaram no dia a dia para vencer as dificuldades.

Deusilene afirma que para ela é uma grande honra ser a primeira mulher indígena a se formar pela UFSCar. As mulheres de seu povo, no geral, ficam na comunidade cuidando de questões internas e poucas vezes saem dali. Assim como Creuza Umutina, primeira cacique mulher do Brasil, Deusilene não apenas se aventurou em outros horizontes como se colocou em um ambiente até então de maioria masculina. No próprio vestibular indígena da UFSCar, com exceção de 2013, a taxa de mulheres inscritas varia entre 25% e 38% do total de indígenas inscritos.

Desde o início do Programa já colaram grau sete estudantes indígenas, além de Deusilene, nos cursos de Psicologia, dois em Imagem e Som, Ciências Sociais, Biblioteconomia e Ciência da Informação e Pedagogia Noturno. O psicólogo atua no Setor de Saúde Indígena do Estado do Pernambuco, trabalhando com saúde mental indígena; o pedagogo atuará, em breve, junto ao Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), como orientador educacional das escolas Baniwa de Ensino Fundamental e educação de jovens e adultos; o primeiro bacharel em Imagem e Som do país desenvolveu projeto de divulgação da cultura indígena no segundo semestre de 2013 junto ao SESC de Ribeirão Preto e atualmente está na sua aldeia; o bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação

CONT.



seguirá a carreira acadêmica, muito possivelmente no mestrado da UFSCar, e o cientista social vem desenvolvendo pesquisa junto à associação indígena de Atalaia do Norte (AM). Os estudantes ainda têm contato com a Coordenadoria de Ações Afirmativas e Outras Políticas de Equidade, atuando como assessores na elaboração de projetos.

Segundo a Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFSCar, "os profissionais que temos formado vêm apresentando, desde o ano passado, a demanda pelo acesso à Pós-Graduação e alguns programas da UFSCar já vem construindo propostas de Ações Afirmativas. Nossa expectativa é a de que cada vez mais estudantes indígenas busquem a UFSCar, que conclua seus cursos com sucesso, acessem a Pós-Graduação e, um dia, componham os quadros de docentes das universidades brasileiras."

O Programa de Ações Afirmativas vigora na UFSCar desde 2008 e, com base nele, há reserva de uma vaga por opção de curso para estudantes indígenas por ano. A UFSCar é uma universidade pioneira na democratização do acesso ao Ensino Superior para estudantes de escola pública, negros e indígenas. Neste ano de 2014, 50% dos alunos ingressantes serão oriundos da Política de Ações Afirmativas desenvolvida na Universidade. A matrícula dos estudantes indígenas ingressantes neste ano acontece hoje, das 14 às 16 horas, no campus em que é ofertado o curso para o qual o candidato foi convocado. Mais informações podem ser obtidas pelo site do Programa www.acoesafirmativas.ufscar.br.

Ascom UFSCar



Conselho Tutelar de Cacoal contemplado com veículo
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 17.02.2014

Carro é parte de um kit para equipar 10 unidades no estado, atendidas com emendas do deputado Padre Ton.

A Associação GABGIR do Povo Indígena Paiter Suruí e o Conselho Tutelar de Cacoal foram beneficiados sexta-feira, 14, através do mandato do deputado federal Padre Ton (PT), respectivamente com a entrega de um trator e um veículo Fiat Pálio Weekend. O ato de entrega do trator ocorreu em frente à prefeitura, com a presença de do prefeito Padre Franco, secretários municipais, vereadores e lideranças. O delegado federal do MDA em Rondônia, Genair Capeline, também compareceu ao evento.

O assessor de Assuntos Indígenas da prefeitura de Cacoal, Paline Suruí, agradeceu o empenho do deputado para atender as demandas de sua comunidade. Paline destacou que o trator, equipado com carreta basculante, lamina dianteira com comando independente e concha, além de perfurador de solo, será um aliado importante para o desenvolvimento da agricultura extrativista, através da Associação GABGIR, que tem se destacado na colheita da castanha do Pará.

O Conselho Tutelar, através da Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho, recebeu um veículo Fiat Pálio Weekend, com o objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. A conselheira Marilande Alves disse que até esta data o Conselho executava seus trabalhos com um carro emprestado da prefeitura. Segundo ela, o veículo é um reconhecimento da população e da classe política aos direitos garantidos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O prefeito Padre Franco disse que a visita do deputado ao município é motivo de muita alegria, pois mostra o trabalho do Padre Ton voltado para a comunidade indígena, não apenas de Cacoal como de todo o estado e País, defendendo a causa na Câmara dos Deputados "com uma sensibilidade destacada".

O prefeito lembrou ainda que a entrega do veículo ao Conselho Tutelar representa a atenção do parlamentar para atender as demandas que preocupam as famílias cacoalenses. Franco aproveitou para agradecer os recursos destinados ao município em diversas áreas da administração, que têm contribuído para o crescimento de Cacoal.

Padre Ton disse que os índios são agricultores e que a demanda da comunidade era por trator que pudesse ajudar no transporte da castanha, com forte produção na região, e que será comercializada em todo o Brasil durante os jogos da Copa do Mundo. "Agora que eles têm o trator que necessitavam, a associação poderá se transformar em exemplo para as demais organizações, tanto no extrativismo, como na agricultura familiar", destacou Padre Ton.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Sobre o veículo destinado ao Conselho Tutelar, o parlamentar disse que ele faz parte de um Kit que será entregue para dar suporte ao trabalho. Além do carro, os conselheiros irão receber cinco computadores, impressora multifuncional, refrigerador e bebedouro. Padre Ton lembrou que os kits foram adquiridos com orçamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com investimentos que ultrapassam 54 milhões.

Mediante emenda parlamentar de R\$ 500 mil, por ele indicada, estão sendo equipados dez conselhos tutelares do estado – Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Costa Marques, Guajará Mirim, Jaru, Presidente Médici, Santa Luzia, São Felipe e São Miguel do Guaporé. O kit de Guajará-Mirim também já foi entregue.

“Muitas vezes os Conselhos Tutelares nos municípios são deixados em segundo plano e o kit vem reforçar ainda mais o compromisso destes homens e mulheres que desenvolvem um árduo trabalho de proteção as nossas crianças e adolescentes”, finalizou o deputado.

Fonte: Mara Paraguassu



Projeto da UFT leva oficina de alimentação saudável a crianças indígenas

SÍTIO UFT, 17.02.2014

Crianças da aldeia Salto do Povo Xerente, em Tocantínia/TO, participaram no sábado (15) de uma oficina de alimentação saudável realizada por alunos e professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A atividade faz parte do projeto PET Saúde Indígena Akwen-Xerente, selecionado pelo edital do Ministério da Saúde PET Redes 2013. Coordenado pela professora da UFT e antropóloga Reijane Pinheiro da Silva, do Curso de Nutrição, o projeto envolve alunos bolsistas de todos os cursos da área da saúde da UFT, incluindo o Curso de Serviço Social do Câmpus de Miracema. Veja mais fotos em galeria no Facebook @UFToficial.

"Através da articulação ensino serviço o projeto propõe atividades conjuntas de valorização dos saberes tradicionais indígenas a fim de que se estabeleça diálogos entre os conceitos e percepções de saúde produzidos na universidade e entre os saberes que caracterizam a cosmologia Akwen-Xerente", explica a professora.

As atividades desenvolvidas pelos alunos são supervisionadas por preceptores da Saúde Indígena, profissionais que atuam na área e professores voluntários. Os temas das atividades dialógicas têm como foco a promoção da saúde e a prevenção a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, além da discussão sobre o uso de substâncias psicoativas como o álcool. Para as crianças, as atividades priorizam a alimentação e a saúde bucal.

O projeto tem duração de dois anos e começou a ser executado em setembro de 2013.



"Portaria 303 é um caminho para acabar com o conflito indígena", diz Colatto
SÍTIO FECOAGRO, 17.02.2014

A Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU) passou a vigorar a partir do último dia 5. O expediente se reporta ao acórdão dos embargos declaratórios da petição (PET) 3388/RR, que demarcou a terra indígena Raposa Serra do Sol e manteve as condicionantes daquele julgamento. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) recorda que em novembro do ano passado, em audiência pública no Senado Federal, Luís Inácio Lucena Adams, advogado geral da União, informou que após a publicação do acórdão dos embargos declaratórios (o que ocorreu no dia 4/02) iria rever a Portaria 303. No entender da Consultoria Jurídica da FPA, "tal revisão não se harmoniza com o posicionamento adotado pela Suprema Corte que confirmou, por 7 votos a 2, a validade das 19 (condicionantes) salvaguardas adotadas na PET 3388/RR".

Na ocasião, o relator ministro Luís Roberto Barroso concluiu que "decisão ostenta a força intelectual e persuasiva da mais alta Corte do País". Além disso, tanto antes quanto depois do julgamento dos embargos declaratórios, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a validade das condicionantes do acórdão da PET 3388/RR.

Em pronunciamento, o deputado federal Valdir Colatto enfatizou que é preciso que o ministro Luís Roberto Barroso realmente faça valer a Portaria 303. "Com esta Portaria poderemos encontrar um caminho e acabar com o conflito entre agricultores e indígenas no Brasil.

Ninguém quer essa luta insana. Apenas precisamos achar o caminho, e a Portaria nº 303 da AGU faz com que se busque esse entendimento, inclusive com a participação dos municípios e dos Estados nas decisões da criação de novas terras indígenas", argumentou o deputado catarinense. "É de suma importância que a AGU ratifique agora as orientações da Portaria 303 em sua integralidade, conforme o § 1º do artigo 40 da Lei Complementar nº 73/93, passando a vigorar em todo o Brasil para evitar muitos conflitos entre índios e produtores rurais, traria a sonhada paz no campo e a tão desejada segurança jurídica". Durante a reunião semanal dos parlamentares da FPA, o tema que mais despertou a atenção foi as constantes brigas que pipocam por esse país afora.

Por isso, é preciso apressar as audiências públicas da PEC 215, que remete ao Congresso Nacional a homologação da criação de novas áreas indígenas. Colatto complementa ainda que esta é uma decisão já tomada pelo Supremo Tribunal Federal, com condicionantes já publicadas, divulgadas e com acórdão publicado. "Nós precisamos que essa Portaria entre em pleno vigor, para que não seja permitida a ampliação das áreas indígenas até que não tenha uma condição realmente comprovada. Precisamos respeitar acima de tudo a nossa Constituição de 1988 que deixa claro o marco temporal para saber se é terra indígena ou não", avaliou o deputado catarinense.

Fonte: Gab. Dep. Valdir Colatto



TNC e Embrapa fortalecem parceria no Amapá
SÍTIO PORTAL DIA DE CAMPO, 17.02.2014

Recomposição florestal foi um dos assuntos discutidos entre os técnicos das instituições

A Embrapa Amapá recebeu, nesta sexta-feira (14), a visita de técnicos da ong TNC (The Nature Conservancy) que atuam na base regional da instituição, localizada em Belém (PA). Ian Thompson (Diretor do Programa de Conservação da Amazônia) e Rodrigo Mauro Freire (Coordenador de Floresta e Clima do Programa Amazônia Região da América Latina) foram recebidos pelo chefe-geral da Embrapa Amapá, Jorge Yared; pelo chefe de Pesquisa e Desenvolvimento substituto, Rogério Alves; pelo chefe de Transferência de Tecnologias, Edyr Batista, e pelo supervisor da agenda de Transferência de Tecnologias, Aderaldo Gazel. Na pauta da reunião, foi feita uma avaliação positiva da participação da TNC no projeto "Açaí, Banana e Citros - ABC da Agricultura Familiar das Comunidades Indígenas de Oiapoque (Frutiindo)", coordenado pela Embrapa Amapá. Na ocasião, também ficou definido o interesse no avanço da parceria em outros projetos de transferência de tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento.

A TNC é uma das maiores organizações de conservação ambiental do mundo. Foi criada em 1951 e está presente em 35 países, adotando estratégias com o objetivo de proteger a natureza e preservar a vida. Trabalha no Brasil desde 1988, junto com diversos parceiros contribui para respostas técnicas aos principais desafios da conservação, como o desmatamento ilegal, as mudanças climáticas e a escassez de água doce.

No âmbito do Projeto Frutiindo, a principal tecnologia transferida pela Embrapa é o manejo de mínimo impacto de açaizais nativos e também são instaladas Unidades Demonstrativas de cultivares de bananeiras resistentes à sigatoka negra. Além de implantação e formação de mudas cítricas enxertadas. A meta é prolongar em pelo menos mais dois meses o período de safra dos açaizais nativos, que atualmente tem seu ápice de abril a junho, e aumentar a produção de bananas de áreas indígenas por meio de material genético de qualidade superior.

O diretor do Programa de Conservação da Amazônia da TNC, Ian Thompson, destacou que a Embrapa transfere tecnologias de manejo nas áreas indígenas onde a TNC já atua há cerca de 10 anos junto com a Funai e os indígenas. "E neste momento estamos aqui para discutirmos o andamento do trabalho, é importante este momento de comunicação entre as duas instituições. A visita à Embrapa tem como foco nossos pontos em comum sobre conservação e iniciativas que melhorem o bem-estar da população indígena de Oiapoque, por meio do aumento e melhoria da produção (com destaque para o açaí), e do incremento do comércio do açaí, para melhorar a renda familiar dOo indígenas", acrescentou Ian Thompson.

Para o diretor do Programa de Conservação da Amazônia da TNC, é "muito importante somarmos esforços na inovação em tecnologia para a utilização dos recursos naturais, sempre
CONT.



respeitando o uso tradicional e reconhecendo que a ciência deve fazer sua parte para aumentar a produtividade". Ele sinalizou com a perspectiva concreta de consolidar parcerias em outros projetos da Embrapa, por exemplo temas de pesquisa relacionados às questões de ordenamento territorial. "Temos todo o interesse em colaborar com a Embrapa Amapá e outros parceiros nessa questão. Estamos com um novo Código Florestal e chegou o momento de colocarmos em prática.

Outro assunto discutido entre os técnicos da Embrapa e da TNC foi a recomposição florestal. De acordo com Ian Thompson, as ações de legalização ambiental em propriedades privadas deverão contar com o fator da recomposição florestal. "A Embrapa tem tecnologias e experiências a serem compartilhadas, além de ser um agente importante nesse debate". Para a execução do Projeto Frutiindo, a Embrapa conta também com a colaboração de outros importantes parceiros, como o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), Instituto Estadual de Florestas (IEF), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (Rurap) e a ong Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé).



São os indígenas do Brasil 'privilegiados'? por Paulo Paranaguá

SÍTIO ECODEBATE, 17.02.2014

"E dia após dia a tensão não opõe os empresários ou os grandes proprietários e os indígenas, mas o pequeno branco e índio. Quando o conflito explode, trata-se na maioria das vezes de um novo episódio da guerra de pobres contra os mais pobres que eles. Em suma, uma tragédia, que muitas vezes leva a mortes violentas". A análise é de Paulo Paranaguá e publicada em seu blog no jornal Le Monde, 11-02-2014. A tradução é de André Langer.

Eis o artigo.

São os indígenas brasileiros cidadãos como os outros? É a identidade indígena assimilável à nacionalidade brasileira? Atenção, uma questão simples que pode levar a outra, mais complexa.

O debate sobre o estatuto dos indígenas está de volta entre os brasileiros por ocasião de um drama sintomático das tensões e conflitos que dilaceram a Amazônia.

Ivan Tenharim (foto), cacique da comunidade Tenharim, foi morto quando andava de moto, no dia 03 de dezembro de 2013. Acidente? Por falta de uma investigação digna deste nome, o caso não foi elucidado. Algumas semanas mais tarde, três moradores brancos da região, situada ao sul do Estado do Amazonas, foram sequestrados e em seguida assassinados.

A reação foi imediata: no dia 25 de dezembro, em Humaitá, 3.000 manifestantes, furiosos, destruíram a sede regional da Funai, organismo do governo responsável pelos povos indígenas. Grupos armados atacaram aldeias Tenharim. Alguns dias mais tarde, a polícia prendeu cinco índios, suspeitos do triplo homicídio, incluindo dois filhos do falecido chefe Tenharim.

Negação da identidade

Os críticos da demarcação das terras indígenas estão furiosos. Na sua opinião, o simples fato de os índios andarem de moto, usarem internet ou telefones celulares, são provas suficientes para afirmar que não são mais indígenas, e que, portanto, perderam os direitos reconhecidos na Constituição de 1988. Daí a ideia de que sejam tratados como cidadãos sem "privilégios". Eles teriam, isso sim, direito às mesmas ajudas reservadas aos pobres, tais como o Bolsa Família, ou então os créditos reservados aos pequenos agricultores. Entretanto, uma comunidade indígena é definida por sua pertença a uma cultura e seu pertencimento a um território, direitos que não revogados pelo uso de objetos tecnológicos.

Esta negação das identidades indígenas esconde os interesses dos criadores de gado e do agronegócio ansiosos para ampliar ainda mais a fronteira agrícola em detrimento da floresta tropical, para não mencionar a exploração da madeira, assim como as mineradoras que

CONT.



trabalham sem parar. Quase todas as populações indígenas estão em contato com a civilização branca. As tribos isoladas são a exceção. E é justamente esta interação que os coloca em perigo e, na verdade, são as minorias que devem ser protegidas.

A Amazônia há muito tempo não é mais um território virgem. Ela abriga 25 milhões de habitantes, 500.000 dos quais são indígenas. É um confronto diário, necessariamente desigual. E dia após dia a tensão não opõe os empresários ou os grandes proprietários e os indígenas, mas o pequeno branco e índio. Quando o conflito explode, trata-se na maioria das vezes de um novo episódio da guerra de pobres contra os mais pobres que eles. Em suma, uma tragédia, que muitas vezes leva a mortes violentas. O Brasil tem 50.000 homicídios por ano, e não devemos esquecer, estamos longe da imagem idílica de um paraíso racial pacífico e de uma propensão a uma conciliação entre as classes sociais.

O racismo em relação aos indígenas nunca diminuiu, apesar das conquistas da Constituição. No Brasil, existem mais de 300 etnias, que falam 274 idiomas diferentes, totalizando 900.000 indivíduos (sobre uma população de 200 milhões de habitantes). Segundo o recenseamento de 2010, os Tenharim tinham 883 indivíduos. Durante a ditadura militar (1964-1985), suas terras foram cortadas pela Transamazônica, que liga Porto Velho a Manaus. Desde então, os conflitos entre indígenas e colonizadores se intensificaram, especialmente por causa da extração ilegal de madeira.

Demarcações em ponto morto

Das cerca de mil terras indígenas, apenas metade viu suas terras demarcadas, após anos de trabalho. As reservas indígenas ocupam 12,5% do território do país, ao passo que 380.000 indígenas ainda aguardam pela demarcação das suas terras. Para complicar o cenário, o Ministério da Justiça apresentou um projeto de lei que prevê a consulta a nove ministérios para novos processos de demarcação.

No Congresso, em Brasília, onde age a poderosa bancada ruralista, um projeto de emenda constitucional (a PEC 215) vai ainda mais longe, pois pretende tirar do executivo esta responsabilidade. A vontade de esvaziar a Funai é evidente. "A Funai vive uma ficção ideológica", afirmou a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, eleita pelo PMDB, principal aliado do PT da presidenta Dilma Rousseff, na coalizão governamental.

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Erwin Kräutler, bispo de Xingu, asseverou: "Esse governo não é apenas negligente, ele é anti-indígena".



Indígenas ocupam a sede da Funasa em Marabá, no sudeste do Pará

SÍTIO G1/PA, 17.02.2014

Grupo ocupa desde a semana passada a Casai.

Eles reclamam do descaso com a saúde e estrutura das aldeias.

Um grupo de indígenas invadiu a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Marabá, no sudeste do Pará, durante o último final de semana. O grupo é o mesmo que ocupa o prédio da Casa de Apoio a Saúde Indígena (Casai) desde a semana passada. Eles ocuparam os prédios como forma de protesto pela melhoria na estrutura das aldeias.

Na aldeia dos índios que realizam a manifestação vivem 115 pessoas e a falta de estrutura é um problema. As casas são feitas de palha ou cobertas com lona, a água usada para beber é de cisterna sem tratamento e para tomar banho e lavar roupa os índios utilizam as águas barrentas de um lago. A energia elétrica é fornecida por um pequeno gerador que é usado apenas durante a noite.

Os medicamentos ficam armazenados no armário da casa da indígena Ropkwyi Luxmare. Ela reclama que não é seguro armazenar os remédios desta forma. "Pode vir qualquer criança e mexer sem saber o que é. Nós temos que ficar aqui olhando toda hora. É muito preocupante", diz.

Segundo o cacique Pana Kyiamreti, a falta de um posto de saúde tem dificultado o tratamento dos doentes da aldeia. "Nós não temos posto, não temos onde guardar nossos remédios. Precisamos ter uma saúde de qualidade igual os outros tem", afirma.

A Casai de Marabá está ocupada desde a semana passada por índios de 8 etnias que pedem melhorias no local. Por mês, cerca de 70 indígenas se hospedam na casa, que tem apenas 4 quartos e uma cama. Devido a falta de espaço, redes ficam armadas na parte de fora da casa. No único banheiro para uso dos índios, a fiação elétrica está precária.

Na enfermaria da Casai, o lixo hospitalar está acumulado há meses e segundo o cacique João Guajará, isso acarreta risco a saúde de quem trabalha na casa. "É um risco para todos, inclusive para a enfermeira que tem que dormir junto com o lixo da enfermaria e toda a medicação", denuncia.

A sede da casa funcionada ao lado do polo da Funasa, onde os indígenas reclamam que encontram a mesma situação de descaso e abandono. Nos fundos do prédio, móveis quebrados, documentos perdidos e muita água acumulada. Oito veículos estão quebrados, entre eles uma ambulância.

No último fim de semana, os índios souberam por funcionários da Funasa que 5 carros

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

alugados não poderiam mais ser usados para transportá-los. A notícia revoltou os indígenas. Os índios quebram as portas da Funasa utilizando pedaços de madeira e retiraram os móveis do local.

As lideranças indígenas aguardam para esta segunda-feira (17) a chegada de representantes do Ministério da Saúde para conversar. O grupo ameaça queimar os carros que estão no pátio da Funasa caso os responsáveis pela negociação não cheguem.



Indígenas fazem patrulha contra ação de garimpeiros ilegais na Amazônia

SÍTIO PORTAL BENICIO, 17.02.2014

Imagens divulgadas pela agência de notícias Reuters mostram índios da etnia Munduruku, que vivem no Pará, em operações próprias para expulsão de garimpeiros ilegais que atuam no território deles.

De acordo com a agência, obras de infraestrutura realizadas no oeste do Pará, como novas estradas para exportação de soja e milho, além de barragens, tem levado garimpeiros para a região em busca de ouro.

Segundo a reportagem da Reuters, líderes da tribo tentaram pedir o apoio do governo federal para a remoção dos não-indígenas de seu território. Contudo, eles não esperaram a publicação de decisão judicial e decidiram fazer "justiça com as próprias mãos".

Em janeiro, uma operação que contou com 70 índios munduruku desmantelaram um garimpo com a ajuda de barcos que, segundo os indígenas, foram fornecidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

As imagens mostram os guerreiros cercando cabanas e alertando quem estava no território deles de forma ilegal. De acordo com a reportagem, a patrulha aconteceu sem deixar feridos.

Equipamentos de mineração foram levados pelos índios. Armados com arcos e flechas, eles alertaram os garimpeiros que ali ninguém deveria explorar minerais.



Indígenas fecham rodovia que liga Itaporã/ Dourados , protestam por melhorias na saúde

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 17.02.2014

Em busca de melhorias na saúde, indígenas das aldeias Jaguapirú e Bororó iniciaram na manhã desta segunda-feira, em Dourados, um bloqueio na rodovia MS-156 que corta a reserva e dá acesso ao município de Itaporã.

Segundo apurado pela reportagem, os indígenas estão permitindo somente a passagem de viaturas da Polícia, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e ambulâncias com enfermos de casos urgentes.

Demais veículos serão barrados e os manifestantes ameaçam fechar outras rodovias da região, como por exemplo a BR-163. Eles querem chamar a atenção das autoridades para a situação de descaso que dizem enfrentar diariamente.

O motivo do protesto é em busca de melhorias na saúde da comunidade indígena de Dourados, que hoje tem aproximadamente 13 mil habitantes. Na semana passada, o grupo fez manifesto na sede regional da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). O motivo era por melhor estruturação dos postos de saúde das aldeias, bem como mudança na direção da Sesai no Estado.

Fonte: Renan Nucci

Projeto na Câmara susta prerrogativas da Funai no licenciamento de obras que afetam índios

SÍTIO ECODEBATE, 17.02.2014



Nilson Leitão: norma da Funai tem inviabilizado grandes projetos de logística no País.

A Câmara analisa proposta que susta as prerrogativas da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que afetem terras indígenas e seu entorno. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 1300/13, do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que susta a Instrução Normativa 1/12 da Funai.

A instrução define os princípios para a análise dos processos de licenciamento. Entre eles estão a precaução pela sociobiodiversidade; a autonomia dos povos indígenas; o respeito a sua organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições; e os direitos originários sobre as terras. Segundo a instrução normativa, a análise deve ser feita com a participação e cooperação dos povos indígenas interessados, respeitando suas tradições e instituições representativas.

Para o autor da proposta, com o avanço das obras de transporte e de energia nas regiões Norte e Centro-Oeste, "o componente indígena se transformou na peça-chave para o processo de licenciamento ambiental, e isso tem determinado a inviabilidade, o alto custo e o atraso de grandes projetos de logística do País".

Decisão final

De acordo com Nilson Leitão, na prática, a instrução determina que a última palavra em todo empreendimento seja de comunidades e entidades indígenas, por intermédio de suas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

organizações, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais. "Esse componente é o instrumento utilizado pela Funai para exigir do Dnit ou de empreiteiras o repasse de vultuosas quantias para as lideranças indígenas e ONGs ligadas à causa", afirma o parlamentar.

A Instrução Normativa 1/12 permite o licenciamento somente após a manifestação das comunidades potencialmente afetadas, por meio da análise técnica de relatórios. A norma impõe ainda a obrigação de o empreendedor custear todas as atividades relacionadas ao componente indígena do processo, incluindo realização de reuniões, deslocamento de lideranças, alimentação e demais gastos.

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será votado pelo Plenário.

Íntegra da proposta:

PDC-1300/2013

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias.



Euclides da Cunha: Índios tentam invadir delegacia onde homem que matou criança de 2 anos está preso

SÍTIO DIÁRIO DO SISAL, 17.02.2014

Índios tentaram retirar da delegacia de Euclides da Cunha, na noite deste domingo (16), o homem que matou uma criança de dois anos a pauladas e golpes de facão e feriu gravemente outras cinco pessoas de uma mesma família indígena.

Segundo informações, índios de varias aldeias da região fecharam a BR-116, ateando fogo em pneus, fazendo uma grande manifestação, tendo como principal intuito, retirar e linchar Edson Santos Silva, vulgo "Edinho", assassino confesso.

Durante a manifestação, houve uma tentativa de invasão a delegacia, os policiais reagiram usando spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio. Na tentativa de invasão fracassada, os índios depredaram duas viaturas que estavam estacionadas.

ECN*



Insegurança jurídica trava processos de remanescentes de quilombos

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 17.02.2014

Bertha Maakaroun – Estado de Minas

Burocracia, falta de estrutura dos órgãos públicos chamados a atuar no processo de reconhecimento e titulação do território, são algumas das explicações para a difícil caminhada de um quilombo até a emissão à comunidade do título definitivo de propriedade coletiva do território. Conflitos pela terra que são judicializados são outro problema. Particularmente porque há insegurança jurídica quanto ao procedimento para a regulamentação dessas terras. Ocorre que há mais de 10 anos repousa no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3.239, proposta pelo extinto PFL – atual DEM – contra o Decreto 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombolas previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Ao se manifestar junto ao STF sobre a Adin em 17 de setembro de 2004, a Procuradoria-Geral da República refutou todos os argumentos do PFL, considerando o decreto de acordo com os princípios constitucionais, além de ter considerado os parâmetros históricos, culturais e próprios de cada comunidade, assim como da identidade coletiva. Quase 10 anos depois, contudo, a questão continua sem definição.

A ação direta de inconstitucionalidade só foi colocada em pauta para julgamento em abril de 2012. O então relator Cezar Peluso – agora aposentado – manifestou-se contrariamente ao Ministério Público Federal e a favor do ex-PFL, pela inconstitucionalidade do decreto que regulamenta a regularização fundiária dos territórios quilombolas. Mas o julgamento foi suspenso em seguida, após pedido de vista da ministra Rosa Weber, que acabara de chegar à Corte e queria se inteirar da questão. A reportagem do Estado de Minas não obteve do STF uma posição de quando a ministra dará o seu voto.

O fato de não haver uma decisão do STF em relação ao decreto gera insegurança jurídica junto aos tribunais, dando fôlego àqueles que judicializam o processo, principalmente de desapropriação, após os estudos de reconhecimento e delimitação dos territórios. “Isso cria ambiente para os tribunais inferiores se posicionarem contra a titulação das terras. E quem procura a Justiça ganha tempo para travar o trabalho do Incra”, avalia Alexandre Reis, diretor do Departamento de Fomento e Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Comunidades remanescentes de quilombos lutam pelo direito à propriedade

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 17.02.2014

Descendentes de escravos cobram titulação de terras que lhes pertencem. No país, 1.281 áreas aguardam o título definitivo, enquanto são engolidas por novos empreendimentos e invasões

Bertha Maakaroun – Estado de Minas

O enorme laço vermelho abraça a mangueira e anuncia a oferenda à mãe ancestral Iá Mi Oxorongá. Na cesta de vime, azeite de dendê, mel, ovos e um espelho sugerem um ritual para a fertilidade. Uma casa de santo ao fundo, a poucos metros do córrego, luta para se afirmar em meio aos novos empreendimentos e à valorização imobiliária, que empurram e estreitam os limites das terras remanescentes de quilombos. Mais de um século de história contada pelo território de Mangueiras e pelos descendentes do casal de lavradores negros Cassiano e Vicência estão à beira da MG-020, nos limites da capital mineira com Santa Luzia, há décadas na luta para obter do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) o título de propriedade. Não é o único. Aliás, é só mais um entre outros 184 quilombos em Minas Gerais com processo de titulação em aberto. No país, 1.281 esperam na fila. Esses são a regra. A exceção está por conta dos 154 títulos definitivos emitidos pelo Incra desde a promulgação da Constituição de 1988, entre os quais, um único em Minas Gerais.

Porto Coris, em Leme do Prado, no Vale do Jequitinhonha, é a grande exceção em Minas. Mesmo assim, no cerne da conquista desse único quilombo com o território titulado está a sua contradição: a emissão do título da terra tradicional, expedido em 2000, precedeu a remoção em 2004 das 21 famílias descendentes de Germano Alves Coelho, filho de uma escrava fugida meses antes da abolição da escravatura. O quilombo original foi inundado pelo reservatório da hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha.

Entre o direito e a sua efetivação, vai longa distância. Está lá, no artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988: as comunidades remanescentes de quilombos têm direito à propriedade definitiva de suas terras. É do Estado a responsabilidade da emissão do título. Além das 1.281 comunidades quilombolas que aguardam em todo o país a titulação definitiva de seus territórios, enquanto dia a dia são engolidos por empreendimentos, por invasões e pela especulação imobiliária, há outros milhares que nem sequer tiveram ainda o início do processo de reconhecimento deflagrado.

LENTO PROCESSO Segundo Maria Luzia Sidônio, de 72 anos, diretora da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, há, no estado, 470 territórios fundados por escravos que se mantêm nas mãos de seus descendentes. Duas vezes e meia mais do que aquelas comunidades que já deram início ao lento processo de titulação. No Brasil, estima-se que sejam mais de três mil, das quais 2.408 já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

CONT.



“Apesar da clareza da Constituição Federal, a proteção aos quilombos, que passa pelo reconhecimento de que as áreas por eles ocupadas de fato lhes pertencem – e por isso devam ser tituladas –, ainda não existe”, sustenta o procurador da República em Minas, Tarcísio Henriques. “As questões envolvendo os quilombolas no Brasil nunca foram enfrentadas com a necessária profundidade e continuam sempre recorrentes”, avalia. “Os escravos foram responsáveis diretos pela construção do país. Eles nos deram um povo, o que torna indispensável a adequada proteção aos interesses jurídicos dos remanescentes das comunidades dos quilombos e pelos demais grupos sociais descendentes dos antigos escravos”, diz o procurador da República.

Minas é um dos estados da federação com maior número de quilombos. Para ter uma ideia do que representa a população escrava na formação do estado, em 1776, negros e mestiços na Capitania de Minas Gerais respondiam por quase 80% dos residentes: eram 70.769 brancos, 82 mil pardos e 167 mil pretos, somando 319.769 indivíduos residentes. Apesar disso, a política de reconhecimento e valorização dos quilombos ainda se faz sentir pouco no Brasil e menos ainda em Minas. “Sem o título, os quilombos não têm acesso às políticas públicas, são invadidos, vão perdendo o seu território, a sua identidade e a sua história”, afirma Maria Luzia Sidônio, ela própria descendente dos Luízes, no Bairro Grajaú, Região Oeste de Belo Horizonte.

Comunidades identificadas

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte três comunidades quilombolas já foram identificadas: Arturos, Luízes e Mangueiras, segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes). Mas o número de quilombos urbanos no estado é maior, uma vez que há quilombos urbanos formados pela migração de uma comunidade para uma determinada área urbana em função da perda de duas terras.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Projeto GATI promove oficina de acompanhamento dos microprojetos nas Terras Indígenas Tupiniquim-Guarani e Caieiras Velhas II (ES)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.02.2014

Por: Andreza Andrade – FUNAI

O Projeto GATI realizou no dia 05/02, uma oficina de planejamento das atividades dos indígenas contemplados na chamada de apoio aos Microprojetos Indígenas, das Terras Indígenas (TI's) Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II, ambas localizadas no estado do Espírito Santo.

A oficina teve como objetivo principal, apoiar os contemplados no planejamento das ações a serem realizadas no escopo do microprojeto, dentro de um cronograma de atividades. De acordo com Carlos Ferraz, colaborador do Projeto GATI para a região, a oficina também abordou temáticas que envolvem a valorização da agrobiodiversidade indígena local e sua importância para a qualidade de vida das comunidades. "Também falamos sobre a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), especialmente o Eixo 5, que enfatiza o usos sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas", informou Ferraz. Também contribuíram com a oficina o servidor Bruno Weber, da Coordenação Técnica Local da Funai em Aracruz (ES) e Paulo Radaik, consultor técnico da empresa Kamboas de Consultoria Socioambiental, parceira da iniciativa e do Projeto GATI na região.

A iniciativa Tupiniquim e Guarani

"Microprojetos Indígenas" é uma categoria de financiamento do Projeto GATI que apoia iniciativas indígenas de práticas de gestão ambiental de benefício coletivo das comunidades indígenas, tais como plantios agroflorestais demonstrativos, roças agroecológicas, viveiros de mudas, educação ambiental nas escolas, entre outros. O subsídio é de até quatro mil reais por iniciativa que deverá ser implementada em terra (s) indígena (s) localizada (s) nas áreas de referência do GATI. Cada terra indígena poderá ter até cinco iniciativas.

No caso das TI's Tupiniquim e Guarani e TI Caieiras Velhas II, o microprojeto contemplado visa apoiar o fortalecimento da fruticultura de quintais nas duas TI's, através do levantamento das formas de produção em quintais e o seu destino, mobilização comunitária e apoio logístico necessário para o fomento de técnicas agroecológicas e inclusão no mercado institucional como PPA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Paulo Henrique e Valdir Almeida, ambos da etnia tupiniquim e o guarani Augusto Vaz foram os escolhidos por suas comunidades para estar à frente da execução da iniciativa. O Conselho Regional do Projeto GATI – Núcleo Regional Nordeste II, também referendou este microprojeto como ação prioritária para a região.

Valorizando a agrobiodiversidade Tupiniquim e Guarani

A iniciativa será implementada neste 1º semestre de 2014, podendo se estender para o 2º semestre. Sendo assim, o levantamento dos quintais será realizado em todas as oito aldeias

CONT.



das duas TI's, com aplicação de um formulário que visa coletar dados para melhor compreensão das formas de produção, beneficiamentos, armazenamentos, usos (consumo e comércio) e desperdícios que ocorrem na fruticultura de quintais da região. Pretende-se também levantar o interesse das famílias indígenas entrevistadas em participar de um processo de fortalecimento e sustentabilidade da atividade, por meio de técnicas agroecológicas e inserção no mercado institucional e local.

E assim, a partir da melhor compreensão do funcionamento da produção, os Tupiniquim e Guarani envolvidos, junto com instituições parceiras, estarão planejando ações necessárias para garantir a sustentabilidade da atividade.

O formulário a ser aplicado foi elaborado e definido conjuntamente entre os participantes da oficina de planejamento. Para verificar a sua efetividade, um teste foi realizado num quintal da aldeia Caieiras Velhas, sugerido pelo tupiniquim Paulo Henrique. As expectativas foram alcançadas em relação ao método de abordagem dos entrevistadores e efetividade do formulário. O teste também apontou a ocorrência de 30 árvores frutíferas diversificadas num só quintal, confirmando assim, o grande potencial da agrobiodiversidade dessas terras indígenas.

Saiba mais:

O que é o Projeto GATI?

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, tem como objetivo principal o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros. O Projeto é uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).



Unidades de Conservação Criadas Como Condicionantes Ambientais do Projeto Jaíba Expropriam Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.02.2014

Os cientistas e pesquisadores abaixo-assinados vêm externar a total discordância em relação à manifestação da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), publicada em nota do dia 05 de fevereiro de 2014 (e na edição on-line da Revista Ecológico), intitulada "Conflitos sociais ameaçam sistema de proteção ambiental do Jaíba – Parques e estações ecológicas foram criados como condicionantes do projeto Jaíba". Trata-se de conteúdo equivocado, referenciado em dicotomia anacrônica sobre a relação sociedade e natureza, há décadas já superada pela pesquisa acadêmico-científica mundial. Há uma mudança de paradigma em curso na Biologia da Conservação em escala global, com o reconhecimento da indissociabilidade entre natureza e sociedade. Por isso, o isolamento de áreas supostamente intocadas não deve ser uma estratégia prioritária em políticas de proteção ambiental.

A comunicação da AMDA sustenta-se em práticas ultrapassadas de conservacionismo ambiental que permitem a supressão de importantes áreas de florestas tropicais, como as matas secas norte-mineiras, tendo como compensação a criação de unidades de proteção integral. Nesta perspectiva, foram criados os parques estaduais Lagoa do Cajueiro, Verde Grande e Mata Seca, além da Reserva Biológica de Serra Azul, como condicionantes ambientais à devastação da biodiversidade promovida pelo Projeto Jaíba. Essas unidades foram estabelecidas antes da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, portanto, não respeitaram um dos objetivos atuais das mesmas: "proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente" (artigo 4o. do SNUC).

A lógica da referida nota está invertida: não são os conflitos sociais que ameaçam o "sistema de proteção ambiental", mas a criação de unidades de proteção integral, especialmente os parques estaduais, é que gerou tais conflitos. A criação de parques tem sido uma estratégia de conservação da biodiversidade, mas sua delimitação e definição de categoria devem ser feitas de forma extremamente cuidadosa. Caso contrário, a exclusão e expropriação geradas colocam em risco os modos de vida das comunidades tradicionais, famílias ribeirinhas, agricultores familiares, quilombolas, agentes que vêm historicamente preservando seus lugares de vida, as terras que ocupam tradicionalmente de forma sustentável. São os projetos de agricultura irrigada, associados ao desmatamento de grandes áreas de pastagem para a criação extensiva de gado, as principais atividades supressoras da biodiversidade das matas secas na região.

Não reconhecer a existência, o vínculo territorial, a identidade contestada e o modo de vida destas comunidades revela um tipo de visão acrítica e desvinculada dos processos socioecológicos do lugar e contribui para a supressão de direitos fundamentais da pessoa humana, estabelecidos em tratados internacionais dos quais o Brasil é país signatário, bem como inscritos na Constituição Federal de 1988. É inadmissível no século XXI, depois de longas décadas de debate sobre o equívoco e o anacronismo da separação entre o ambiente e os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

povos que nele habitam, que a discussão sobre a proteção das matas secas da região da Jaíba ande para trás. É preciso que os erros cometidos nas políticas de desenvolvimento e conservação para essa região sejam reconhecidos e corrigidos, evitando a criminalização destes povos e entidades civis envolvidos em sua defesa.

Nesse sentido, é fundamental que sejam ouvidos e considerados os povos e comunidades tradicionais das matas secas da região norte de Minas Gerais sobre as políticas e programas públicos incidentes sobre os seus espaços de vida, assim como os estudos que vêm sendo realizados há décadas por vários pesquisadores e instituições científicas. Pró frente é que se anda!

Montes Claros/MG, 13 de fevereiro de 2014.

As afirmações contidas nessa nota são embasadas por estudos de longa duração realizados pela Rede Colaborativa de Pesquisas Tropi-Dry, Rede Matas Secas, NIISA e OPARÁ.

Dra. Andréa M. Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes Claros

TROPI-DRY, Rede Matas Secas, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA

Grupo de Pesquisas OPARÁ

Dra. Felisa Cançado Anaya

Universidade Estadual de Montes Claros

TROPI-DRY, Rede Matas Secas, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA

Dra. Iara Soares de França

Universidade Estadual de Montes Claros

Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LAEUR

Dra. Isabel Cristina Barbosa de Brito

Universidade Estadual de Montes Claros

TROPI-DRY, Rede Matas Secas, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA

Grupo de Pesquisas OPARÁ

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Dra. Maria Helena de Souza Ide

Universidade Estadual de Montes Claros

Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA

Dr. Mário Marcos do Espírito Santo

Universidade Estadual de Montes Claros

TROPI-DRY e Rede Matas Secas

Dr. Rômulo Sores Barbosa

Universidade Estadual de Montes Claros

TROPI-DRY, Rede Matas Secas, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Grupo de trabalho é criado para acompanhar demandas dos quilombolas

SÍTIO DPU, 17.02.2014

A criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento e divulgação das demandas apresentadas à Defensoria Pública da União (DPU) pelas comunidades quilombolas tradicionais, nos termos da Carta de Cuiabá, consta da Portaria 71/2014, divulgada no Boletim Eletrônico Interno 27/2014.

Os defensores públicos federais designados para o Grupo de Trabalho são: Edilson Santana Gonçalves Filho (Região Norte); Yuri Michael Pereira Costa (Nordeste); José Roberto Fani Tambasco (Sudeste); Carlos Eduardo Barbosa Paz (Centro-Oeste) e Fernanda Hahn (Sul). O grupo – subordinado diretamente ao defensor público-geral federal – deverá apresentar relatório anual de atividades.

A necessidade de formação do grupo, de âmbito nacional, levou em consideração os debates ocorridos durante a II Agenda Quilombola - A Defesa das Comunidades Remanescentes de Quilombo - Marcos Jurídicos, evento promovido pela DPU e a Fundação Cultural Palmares na capital de Mato Grosso, Cuiabá, em setembro de 2013.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

ICMBio suspende autorização de mineração em Terras Quilombolas, em Oriximiná (PA)

SÍTIO ECODEBATE, 17.02.2014



O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) suspendeu, no dia 21 de janeiro, as autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar atividades dentro das áreas de interesse das comunidades quilombolas em Oriximiná, até que haja a consulta prévia determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A suspensão é resultado da campanha “Índios & Quilombolas: juntos na defesa de direitos” promovida com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. A campanha, entre outras iniciativas, têm viabilizado o diálogo entre os quilombolas e os índios com o Ministério Público Federal e diversos atores estatais como o próprio ICMBio.

Para Nilzanira Melo de Souza coordenadora da Arqmo – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – a suspensão “é um sinal que a campanha está dando certo”. De acordo com Carlos Augusto de Alencar Pinheiro, Coordenador Regional do ICMBio – 3ª Região Santarém, Pará, a licença foi suspensa acatando Recomendação conjunta do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal após análise técnica e jurídica. A empresa já foi informada, segundo o coordenador regional do ICMBio sobre a suspensão da licença.

“Para nós esta suspensão é de extrema importância e é resultado direto do nosso trabalho, aqui da Arqmo e da Ceqmo – Cooperativa do Quilombo – junto com a Pró-Índio e outros parceiros. Isso mostra que as coisas estão andando”, relata Domingos Printes, coordenador da Arqmo e morador da Comunidade do Abuí. Segundo ele, as atividades da mineração estão paradas mesmo, contudo a empresa não deu nenhuma explicação aos quilombolas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30./ 2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

A decisão do ICMBio de suspender as autorizações até a consulta é um avanço e um resultado concreto da campanha articulada entre índios e quilombolas, na avaliação de Lúcia Andrade, coordenadora da Comissão Pró-Índio. "Repara um erro inicial do processo uma vez que as autorizações haviam sido dadas sem informação, diálogo ou consentimento dos quilombolas. No entanto, é importante lembrar o posicionamento da campanha sobre a consulta prévia: a condição para que haja consulta sobre eventual atividade minerária é que os territórios quilombolas estejam titulados como garante a Constituição" ressalta a coordenadora da CPI-SP.

Os estudos para identificação dos territórios quilombolas já foram concluídos pelo Incra em Santarém, agora é preciso que o Incra de Brasília libere a publicação dando prosseguimento aos processos que foram abertos a mais de 10 anos.